



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



EDITAL

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012–CGTI/DG/DPF
(Processo Administrativo n.º 08206.001098/2012-60)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Departamento de Polícia Federal, sediada no SAIS Qd. 07 Lote 23 Edifício CTI – Setor Policial Sul, por meio do Pregoeiro, designado pela Portaria nº 39/2012 de 29 de junho de 2012, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4, de 12 de novembro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1 DO ENVIO DAS PROPOSTAS

1.1 O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de Edital no sítio www.comprasnet.gov.br, até às **10h horas do dia 05/12/2012**, hora e data para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

1.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

2 DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é o registro de preços para provável futura aquisição de material de informática objetivando a atualização tecnológica do parque computacional pessoal do Departamento de Polícia Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 A licitação será dividida em itens, tendo suas especificações e quantitativos constantes nos itens 05 e 08, respectivamente, do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

3 DO CREDENCIAMENTO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

4.2 Não poderão participar desta licitação:

4.2.1 entidades empresariais proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 entidades empresariais declaradas suspensas de participar de licitações e impedidas de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.3 entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



4.2.5 entidades empresariais que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1 a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

4.3.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.5 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

5 DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.5 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.5.1 valor unitário e global;

5.5.2 a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

5.5.2.1 em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

5.5.3 Marca;

5.5.4 Fabricante;

5.5.5 Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia,

5.5.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

5.6 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

6 DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

6.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário por item;

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.14 O critério de julgamento será o de menor preço por item.

7 DO DIREITO DE PREFERÊNCIA



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



7.1 Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991, para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:

- I – bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;
- II – bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
- III – bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

7.1.1 As microempresas e empresas de pequeno porte terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas, nos termos do Decreto 7.174/10.

7.2 O exercício do direito de preferência será concedido após o encerramento da fase de apresentação das propostas ou lances, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

- I – aplicação das regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando for o caso;
- II – aplicação das regras de preferência previstas no art. 5º, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até dez por cento acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;
- III – convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no inciso I do art. 5º do Decreto 7.174/10 na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;
- IV – caso a preferência não seja exercida na forma do item III, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no inciso II do art. 5º do Decreto 7.174/10 na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do art. 5º, caso esse direito não seja exercido; e
- V – caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e na Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



7.2.1 No caso de empate de preços entre licitantes que se encontrem na mesma ordem de classificação, proceder-se-á ao sorteio para escolha do que primeiro poderá ofertar nova proposta.

7.3 Para usufruir dos benefícios relacionados ao direito de preferência previstos neste item, os licitantes deverão assinalar, em campo próprio do sistema, que se enquadram em uma das situações dispostas na LC 123/2006 e Decreto 7.174/2010, sob pena de decadência deste direito.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar para fim de aceitação.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado, constante no Anexo II deste Edital, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1 Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.2.2 A inexequibilidade dos valores referentes aos itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

8.2.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

8.2.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.2.5 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.3 Serão desclassificadas ainda, as propostas que não atenderam aos critérios de seleção do fornecedor dispostos no item 09 do Termo de Referência.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



8.4 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.5 A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio disponibilizado no sistema eletrônico.

8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema (“enviar anexo”), estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

8.6.2 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 O Pregoeiro poderá solicitar do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, caso a área técnica julgue necessário, a apresentação de amostra(s) do(s) item(ns), que deverá(ão) ser apresentada(as) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da solicitação, junto à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Departamento de Polícia Federal, localizada no SPO (Setor Policial), Quadra 07, Lote 23, Edifício CGTI, CEP: 70610-902 Brasília/DF, para conferência do produto com as especificações solicitadas no Termo de Referência;

8.9 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.10 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



8.11 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12 Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Após o encerramento da fase de lances e aceitação da proposta, o pregoeiro procederá à verificação da habilitação da licitante classificada em primeiro lugar.

9.2 Para habilitação neste pregão eletrônico, a licitante deverá possuir registro cadastral atualizado no SICAF, com situação devidamente regular, a qual será confirmada por meio de consulta on line.

9.2.1 – A empresa marcará em campo próprio do sistema, quando se tratar de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, sendo responsável por declarar a mudança de enquadramento legal, quando não mais se encontrar nesta condição. A inobservância desta exigência justifica a inabilitação da empresa para participar de licitação na Administração Federal, conforme Acórdão nº 3074/2011-Plenário.

9.3 Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, a licitante deverá apresentar ainda:

9.3.1 – Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16(dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99), conforme modelo:

NOME DA EMPRESA _____inscrito no **CNPJ nº** _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____portador(a) da Carteira de Identidade nº _____e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

data

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

9.3.2 – Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, de acordo com o subitem 7.1, inciso IV com o item 8.11, da IN/MARE nº 05, alterada pela IN/MARE nº 09, de 19/04/96, conforme modelo:

NOME DA EMPRESA _____ inscrita no **CNPJ**
_____ **SEDIADA** _____ (**endereço completo**),
DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(a) _____
nome e número da identidade do declarante

9.3.3 – Declaração de elaboração independente de proposta, conforme estabelecido na IN 02/2009 – SLTI/MPOG de 16 de setembro de 2009.

9.4 O pregoeiro procederá ainda à verificação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho em cumprimento à Lei nº 12.440/2011.

9.5 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviados via fax, para o número (61) 2024-9449 (ou scaneados e enviados para o endereço eletrônico cpl.cti@dpf.gov.br), no prazo de até 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

9.6 Em sendo habilitada a empresa, esta deverá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, encaminhar, em original ou por cópia autenticada, os documentos remetidos via fax, para o seguinte endereço:

**Coordenação de Tecnologia da Informação
SAIS quadra 07 – Lote 23 Edifício CTI
Brasília – DF - CEP: 70.610-902**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



9.7 O descumprimento dos prazos previstos nos itens 9.5 e 9.6 poderá ensejar a desclassificação da proposta.

9.8 Para fins de habilitação, a verificação pelo Departamento de Polícia Federal, através do pregoeiro, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9.9 No julgamento da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

9.10 A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada.

9.11 Em caso de inabilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente para o item e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.12 Será declarada vencedora do item a licitante que apresentar o menor preço e que cumpra todos os requisitos de habilitação.

9.13 O licitante terá sua situação financeira avaliada automaticamente pelo sistema, com base na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} + \frac{\text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.14 Todas as empresas participantes que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um), em quaisquer dos índices descritos acima, deverão comprovar, como exigência para sua habilitação, o Capital Social e integralizado correspondente a 10% do valor estimado do Contrato.

9.15 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.15.1 – Atestados de Capacidade Técnica solicitados no item 17 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



9.15.1.1 – Nos termos do art. 43, §3º da Lei 8.666/93, é facultado a esta coordenação promover diligência para fins de esclarecimento de dúvidas relativas ao atestado de capacidade técnica.

9.16 Os documentos necessários à habilitação são os constantes neste edital, observados os arts. 27 e seguintes da Lei 8.666/93.

10 – DOS RECURSOS

10.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo vinte minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.3 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

10.3.1 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



11.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 3 dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 3 dias, a contar da data de seu recebimento.

12.1.2 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

12.2 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1 Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, será firmado Termo de Contrato, cujo prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, com eficácia a partir da data de publicação no D.O.U., conforme previsto no Item 16.1 do Termo de Referência.

13.2 O fornecedor registrado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da notificação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



13.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do fornecedor registrado, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.1.1 A Administração certificar-se-á de que o Termo de Contrato, devolvido assinado pela Contratada, não sofreu qualquer alteração.

13.2.2 O prazo previsto no subitem 13.2.1 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

13.3 Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF e ao Tribunal Superior do Trabalho para fins de emissão da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.4 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

14 DO PREÇO

14.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.

14.1.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 3.931, de 2001.

15 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no item 12 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos itens 14 e 15 do Termo de Referência, Anexo I deste edital.

17 DO PAGAMENTO

17.1 O pagamento será efetuado à empresa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas, observado Art. 40 Inc. XIV, “a” da Lei 8.666/1993. As Notas Fiscais / Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo Fiscal, designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa e que tenham excedido o valor da garantia.

17.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo.

17.4 As notas fiscais contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações;

17.5 A empresa Contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do Contrato firmado com o Departamento de Polícia Federal;

17.6 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{TX}{100}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



VP = Valor da parcela em atraso.

17.7 O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento. No caso de prorrogação do contrato, o DPF deverá exigir reforço da garantia.

17.8 Antes de cada pagamento será verificada a regularidade trabalhista da empresa contratada.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

18.1 No caso da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, estará sujeita a empresa adjudicatária às sanções previstas na legislação específica, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

18.1.1 Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

18.1.2 Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso sobre o valor do inadimplemento para o caso de descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

18.1.3 Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso sobre o valor do inadimplemento para o caso de descumprimento das obrigações assumidas após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

18.1.4 Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

18.2 No caso de inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.

18.3 No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.

18.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

18.5 As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando para o atraso no cumprimento das obrigações for apresentada justificativa por escrito



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



pela empresa Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, e aceita pela CONTRATANTE;

18.6 Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

18.7 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais;

18.8 A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

19 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl.cti@dpf.gov.br, pelo fax nº (61) 2024.9449, ou por petição dirigida ou protocolizada no endereço desta Coordenação.

19.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

19.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

19.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



19.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20 – DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

20.1 – O presente pregão poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação; devendo ser anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.2 – A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

20.3 – As licitantes não terão direito à indenização em decorrência do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



21.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8 Qualquer modificação deste Edital será divulgada pelo mesmo meio de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.9 Para efeito de julgamento, o lance será considerado como proposta;

21.10 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, fixando prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.11 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Justiça Federal seção Judiciária do Distrito Federal.

21.12 Qualquer dúvida, porventura existente, sobre o disposto no presente Edital, deverá ser objeto de consulta, por escrito, ao Pregoeiro através do e-mail cpl.cti@dpf.gov.br, até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da licitação, que será respondida por meio eletrônico.

21.13 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.dpf.gov.br, no link “licitações”, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço www.comprasnet.gov.br, nos dias úteis. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no horário das 09 horas às 17 horas.

21.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.14.1 ANEXO I – Termo de Referência e seus anexos;

21.14.2 ANEXO II – Tabela de Preços Máximos Admitidos para Contratação;

21.14.3 ANEXO II – Ata de Registro de Preços;

21.14.4 ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

Brasília, de de 2012.

Assinatura da autoridade competente



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



TERMO DE REFERÊNCIA

1 FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1 A aquisição do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002 e nos decretos nº 3.931 de 19 de setembro de 2001, 5.450 de 31 de maio de 2005 – “Pregão Eletrônico”, e subsidiariamente nas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

2 DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1 Contratação de empresas para aquisição de material de informática.

3 OBJETIVO

3.1 Registrar preços para aquisição de material de informática para atualização tecnológica do parque computacional pessoal da PF.

4 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

4.1 A CGTI funciona como a unidade da PF responsável pela especificação e padronização de todo o parque computacional e tecnológico. Desenvolve-se metodologia de trabalho, agregando conhecimento técnico e científico para difusão entre as descentralizadas, por meio de intercâmbio com outras instituições.

4.2 A CGTI encontra-se em processo de modernização tecnológica a fim de acompanhar a necessidade de atendimento e modernização da PF, buscando atender o crescente número de solicitações de sistemas oferecendo melhores condições de trabalho aos Servidores deste órgão e, em última instância, ao cidadão.

4.3 A atualização do parque computacional para uso dos servidores da PF é importante para manutenção da boa prestação de serviços. Além disso, o custo de suporte e manutenção de máquinas obsoletas é impeditivo, apresentando-se muito mais economicamente vantajoso a aquisição de equipamentos novos, com longa garantia.

4.4 A CGTI procura, com essa aquisição, atualizar o parque de material de informática da PF. Com isso, objetiva-se aumentar o uso e disseminação de Tecnologia da Informação na instituição dirimindo, em última instância, paralisações no negócio da PF.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



5 REQUISITOS - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1 Todos os equipamentos descritos deverão apresentar Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo;

5.2 As especificações técnicas baseiam se em padrões de mercado e constituem mera atualização tecnológica de aquisições anteriores, as quais lograram êxito sem maiores questionamentos por parte dos órgãos reguladores, bem como participantes;

5.3 ITEM 01 – SCANNER

5.3.1 Alimentação automática (ADF) com bandeja de, no mínimo, 50 (cinquenta) documentos, com alimentação contínua;

5.3.2 Resolução de saída de 600 DPI, no mínimo, para bitonal e cores;

5.3.3 Dimensões dos documentos originais: Formato A4 e Ofício, no mínimo;

5.3.4 Interface USB2.0;

5.3.5 Deve ser fornecido com drivers ISIS e TWAIN;

5.3.6 Formato de saída padrão JPEG, TIFF e PDF, no mínimo;

5.3.7 Velocidade mínima de captura com orientação retrato, páginas A4 e com resolução de 200 dpi:

5.3.8 Preto e Branco Simplex: 55 ppm

5.3.9 Colorido Simplex: 35 ppm

5.3.10 Preto e Branco Duplex: 110 ipm

5.3.11 Colorido Duplex: 70 ipm

5.3.12 Permitir a captura de imagens em preto e branco, tons de cinza e cores, nos modos simples e duplex;

5.3.13 Permitir a captura de imagens duplex em uma única passagem;

5.3.14 Capacidade de digitalização diária de, no mínimo, de 4.800 documentos no formato A4;

5.3.15 Mecanismo para detecção de dupla alimentação de documentos através de sensor ultrasônico;

5.3.16 Ajuste automático da imagem do documento ao tamanho da tela;

5.3.17 Eliminação automática das bordas das imagens, permitindo a alimentação dos documentos de tamanhos variados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- 5.3.18 Ajuste automático da orientação dos documentos;
- 5.3.19 Permitir realizar auto-rotação das imagens (90, 180, 270 graus), possibilitando a alimentação de documentos em diferentes posições;
- 5.3.20 Eliminação automática de páginas em branco durante o pós-processamento;
- 5.3.21 Permitir edição e manipulação de imagens, permitindo zoom, recortar, redigitalizar, incluir e excluir;
- 5.3.22 O equipamento deve possuir fonte de alimentação com seleção automática de tensão (110/220V) e frequência de 50/60 Hz;
- 5.3.23 Deve ser fornecido com drivers e software para digitalização de fotografias, textos e imagens, softwares para gerenciamento do módulo digitalizador e software OCR para geração de textos a partir de itens digitalizados compatíveis com sistemas operacionais MS-Windows SP Professional, MS-Windows Vista e versões superiores lançadas até a data de publicação do edital;
- 5.3.24 Deverá possuir software que permita a operação sem necessidade de utilização de placa adicional (comunicação direta via interface física) totalmente em português (Brasil), que permita definir modos de operação do scanner (resolução, índices, parâmetros de melhoria da imagem, rotação, luminosidade, contraste, etc), que permita gerar arquivos de índice por lotes e por documentos, gravando as imagens digitalizadas, no mínimo, nos formatos TIFF, JPEG e PDF;
- 5.3.25 O equipamento e todos os seus periféricos devem ser compatíveis com os Sistemas Operacionais MS-Windows SP Professional, MS-Windows Vista Business e versões superiores lançadas até a data da publicação do edital;
- 5.3.26 Todos os equipamentos deverão ser fornecidos com cabos, softwares, drivers e todos os dispositivos necessários ao seu perfeito funcionamento, acompanhados de documentação completa e atualizada, contendo todos os manuais pertinentes, incluindo os manuais dos seus acessórios;

5.4 ITEM 02 – PROJETO MULTIMÍDIA

- 5.4.1 Projetor de imagem para conexão com microcomputadores, com tecnologia LCD, DLP ou similar;
- 5.4.2 Suportar, pelo menos, a resolução de 1024 x 768 pixels;
- 5.4.3 Possuir entradas independentes para S-Vídeo e Vídeo Composto;
- 5.4.4 Suportar os padrões de vídeo PAL, PAL-M, PAL-N, NTSC, SECAM, no mínimo, com seleção automática/manual;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



5.4.5 Proporção de projeção padrão 4:3, suportando ou sendo compatível com a proporção 16:9;

5.4.6 Zoom com taxa de 1:1,2 ou superior, com ajuste através de controle remoto;

5.4.7 Brilho mínimo de 2000 lúmens ANSI;

5.4.8 Relação de contraste de, no mínimo, 700:1;

5.4.9 Duração da lâmpada em modo normal de, no mínimo, 2.000 horas;

5.4.10 Possuir ajuste de inclinação;

5.4.11 Acompanhar controle remoto que permita controle dos parâmetros de brilho, contraste, cor, zoom, seleção do sinal de entrada e de todos os demais ajustes dos recursos disponíveis no projetor;

5.4.12 Alimentação 110/220 volts, chaveado ou com seleção automática;

5.4.13 Deverão ser fornecidos: Manuais (em português), CD de instalação e controle remoto.

5.5 ITEM 03 – SWITCH

5.5.1 Comutador Ethernet com no mínimo de 48 (quarenta e oito) portas 10/100/1000 BaseTX “auto-sensing” e conector RJ-45;

5.5.2 Deve suportar pelo menos 4 (quatro) portas de uplink flexíveis combo com respectivos conectores para fibras ópticas;

5.5.3 Devem ser suportadas pelo menos as seguintes opções de uplink: 10/100/1000 com conector RJ45, 1000BaseT, 1000Base SX, 1000BaseLX/LH;

5.5.4 Possuir uma matriz de comutação com pelo menos 32,0 Gbps (trinta e dois Gigabits por segundo);

5.5.5 Possuir capacidade de processamento de pelo menos 39 milhões de PPS (trinta e nove milhões de pacotes por segundo) em nível 2 (modelo OSI);

5.5.6 Possuir LEDs, por porta, que indiquem a integridade e atividade do link, a velocidade de conexão e também o modo de operação (half/full duplex); Operação half e full duplex, auto-negociável em portas 100BASE-T comutadas, fornecendo até 200 Mbps de largura de banda para estações terminais, servidores e entre switches;

5.5.7 Suportar o encaminhamento de “mini jumbo frames” em todas as portas do switch (frames de 1530 bytes);

5.5.8 Suportar o encaminhamento de “jumbo frames” nas portas Gigabit Ethernet do switch (frames de 9018 bytes);



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



- 5.5.9 Possuir capacidade para no mínimo 8000 endereços MAC;
- 5.5.10 As interfaces devem obedecer às normas técnicas IEEE802.3 (10Base-T), IEEE802.3u (100Base-TX), IEEE 802.3ab (1000Base-T), IEEE 802.3z (1000Base-X);
- 5.5.11 Suporte ao modo de comutação "store and forward";
- 5.5.12 Ser fornecido com configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para implementação de todas as funcionalidades descritas neste termo de referência;
- 5.5.13 Possuir fonte de alimentação com as seguintes características:
 - 5.5.13.1 Interna ao equipamento;
 - 5.5.13.2 Chaveada ou com ajuste automático de tensão entre 100 a 230 volts;
 - 5.5.13.3 Frequência de 60 Hz.
 - 5.5.13.4 Instalável em bastidor padrão de 19", sendo que deverão ser fornecidos os respectivos Kit's de fixação;
- 5.5.14 Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários para operacionalização do equipamento, tais como:
 - 5.5.14.1 Softwares;
 - 5.5.14.2 Cabos lógicos de gerenciamento/console interface RS-232;
 - 5.5.14.3 Cabos de energia elétrica;
- 5.5.15 Deve ser fornecido com documentação técnica e manuais que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento. Esta documentação pode ser fornecida através de cd-rom em inglês ou português.
- 5.5.16 Redes Locais Virtuais (VLANs)
 - 5.5.16.1 Implementar LAN Virtual (VLAN) conforme padrão IEEE 802.1Q;
 - 5.5.16.2 Permitir a criação de no mínimo 128 VLANs ativas baseadas em portas;
 - 5.5.16.3 Permitir a criação de subgrupos dentro de uma mesma VLAN com conceito de portas "isoladas" e portas "promíscuas", onde portas isoladas não se comunicam com outras portas isoladas, mas apenas com as portas promíscuas de uma dada VLAN;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



5.5.16.4 Deve permitir a criação, remoção e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q.

5.5.17 “Trunking”

5.5.17.1 Implementar “VLAN Trunking” padrão IEEE 802.1Q nas portas Fast Ethernet e Gigabit Ethernet. Deve ser possível estabelecer quais VLANs serão permitidas em cada um dos troncos configurados;

5.5.17.2 Implementar a funcionalidade de “Port Trunking” conforme padrão IEEE 802.3ad;

5.5.17.3 Deve ser possível criar grupos de portas contendo pelo menos 04 portas Fast Ethernet (em “full duplex”);

5.5.17.4 Deve ser possível criar grupos de portas contendo pelo menos 02 portas Gigabit Ethernet (em “full duplex”);

5.5.17.5 Deve permitir a criação de pelo menos 06 grupos de portas agregadas.

5.5.18 “Spanning Tree”

5.5.18.1 Implementar o Protocolo Spanning-Tree conforme padrão IEEE 802.1d;

5.5.19 Implementar o padrão IEEE 802.1s (“Multiple Spanning Tree”), com suporte a no mínimo 16 instâncias simultâneas do protocolo Spanning Tree;

5.5.19.1 Implementar o padrão IEEE 802.1w (“Rapid Spanning Tree”);

5.5.19.2 Implementar mecanismo de proteção da “root bridge” do algoritmo Spanning-Tree para prover defesa contra ataque do tipo “Denial of Service” no ambiente nível 2;

5.5.19.3 Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (Bridge Protocol Data Units) caso a porta esteja colocada no modo

5.5.20 “fast forwarding” (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU neste tipo de porta deve ser possível desabilitá-la automaticamente.

5.5.21 Qualidade de Serviço (“QoS”)

5.5.21.1 Implementar pelo menos quatro filas de saída por porta;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



5.5.21.2 Implementar pelo menos uma fila de saída com prioridade estrita por porta e divisão ponderada de banda entre as demais filas de saída;

5.5.21.3 Implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores de classe de serviço do frame ethernet (IEEE 802.1p CoS);

5.5.21.4 Implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores do campo “Differentiated Services Code Point” (DSCP) do cabeçalho IP, conforme definições do IETF;

5.5.21.5 Implementar classificação de tráfego baseada em endereço IP de origem/destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem/destino;

5.5.21.6 Implementar funcionalidades de QoS de “Traffic Shaping” e “Traffic Policing”. Deve ser possível a especificação de banda por classe de serviço. Para os pacotes que excederem a especificação deve ser possível configurar ações tais como: transmissão do pacote sem modificação, transmissão com remarcação do valor de DSCP, descarte do pacote.

5.5.22 Gerenciamento

5.5.22.1 Possuir porta de console para gerenciamento e configuração via linha de comando. O conector deve ser RJ-45 ou padrão RS-232. (Os cabos e eventuais adaptadores necessários para acesso à porta de console devem ser fornecidos);

5.5.22.2 Possuir uma interface de gerenciamento baseada em WEB (HTTP) que permita aos usuários configurar e gerenciar switches através de um browser padrão;

5.5.22.3 Gerenciável via Telnet (com no mínimo 5 sessões simultâneas) e porta de console;

5.5.22.4 Deve ser gerenciável via SSH versão 2 (SSHv2), suportando, no mínimo, o algoritmo de criptografia 3DES;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



- 5.5.22.5 Deve ser possível agrupar logicamente pelo menos 6 switches deste mesmo modelo e família, formando um “cluster” lógico e gerenciá-los graficamente através de um único endereço IP;
- 5.5.22.6 Permitir o espelhamento de uma porta e de um grupo de portas para uma porta especificada. Deve ser possível espelhar o tráfego originado em um switch do “cluster” lógico para uma porta de destino localizada em um switch diferente do “cluster”;
- 5.5.22.7 Possuir agente de gerenciamento SNMP (RFC 1157), MIB SNMP II, extensões MIB SNMP, MIB bridging (RFC 1493), que possua descrição completa da MIB implementada no equipamento, inclusive as extensões privadas, se existirem;
- 5.5.22.8 Deve ser gerenciável via SNMP (v1, v2 e v3) e RMON;
- 5.5.22.9 Implementar nativamente 4 grupos RMON (History, Statistics, Alarms e Events) conforme RFC 1757;
- 5.5.22.10 O equipamento deve suportar gerência de inventário e configuração:
- 5.5.22.10.1 O fabricante dos equipamentos ofertados deverá possuir ferramenta que permita gerenciar as configurações física e lógica destes;
 - 5.5.22.10.2 Esta ferramenta de gerência deve ser capaz de visualizar, no mínimo, as informações de modelo e fabricante do equipamento, versão de sistemas operacionais instalada, módulos de interfaces instalados e memória instalada;
 - 5.5.22.10.3 Deverá possibilitar a emissão de relatórios contendo número de equipamentos de um determinado modelo, equipamentos com dada versão de sistema operacional e com um dado módulo instalado;
 - 5.5.22.10.4 Deverá suportar o gerenciamento dos arquivos de configuração do equipamento e alterações de configuração efetuadas nestes.
- 5.5.22.11 Implementar o protocolo Syslog para funções de “logging” de eventos;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



5.5.22.12 Possibilidade de configuração automática via rede através de protocolo BOOTP;

5.5.22.13 Possibilidade de upgrade de software através do protocolo TFTP;

5.5.22.14 Deverá possuir arquitetura que utilize memória Flash-EPROM para armazenamento do sistema operacional;

5.5.22.15 Implementar o protocolo NTP (Network Time Protocol), incluindo autenticação entre os peers NTP, conforme definido na RFC 1305;

5.5.22.16 Implementar DHCP Client;

5.5.22.17 Implementar LLDP e LLDP-MED.

5.5.23 Segurança

5.5.23.1 Suportar autenticação, autorização e “accounting” via RADIUS;

5.5.23.2 Possuir suporte a protocolo de autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento que possua pelo menos as seguintes características:

5.5.23.2.1 Implemente mecanismos de AAA (Authentication, Authorization e Accounting) com garantia de entrega dos pacotes transferidos entre cliente e servidor AAA;

5.5.23.2.2 Criptografe todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso e não só os pacotes referentes à senha;

5.5.23.2.3 Permita controlar quais comandos os usuários e grupos de usuários podem executar nos equipamentos gerenciados. Devem ficar registrados no servidor AAA todos os comandos executados, assim como todas as tentativas não autorizadas de execução de comandos feitas por usuários que tiverem acesso ao equipamento gerenciado;

5.5.23.2.4 Utilize o protocolo TCP para prover maior confiabilidade ao tráfego dos pacotes envolvidos no controle administrativo;

5.5.23.2.5 Deve haver autenticação mútua entre o servidor AAA e o cliente AAA.

5.5.23.3 Implementar controle de acesso por porta (IEEE 802.1x). Deve ser suportada a atribuição de VLANs após a identificação do usuário, atribuição do usuário



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



a uma VLAN “Guest” caso a máquina que esteja utilizando para acesso à Rede não tenha cliente 802.1x operacional;

5.5.23.4 Implementar “accounting” das conexões IEEE 802.1x. Devem ficar registradas pelo menos as seguintes informações da conexão: nome do usuário e grupo a que pertence, switch em que o computador do usuário está conectado, porta do switch usada para acesso, endereço MAC da máquina usada pelo usuário, horários de início e término da conexão, bytes transmitidos e recebidos;

5.5.23.5 Permitir a associação de um endereço MAC específico a uma dada porta do switch, de modo que somente a estação que tenha tal endereço possa usar a referida porta para conexão. Deve ser possível desabilitar a porta e enviar um trap SNMP caso algum MAC diferente tente se conectar à porta;

5.5.23.6 Deve ser possível estabelecer o número máximo de endereços MAC que podem estar associados a uma dada porta do switch. Deve ser possível desabilitar a porta e enviar um trap SNMP caso o número de endereços MAC configurados para a porta seja excedido;

5.5.23.7 Implementar listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IP de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem e destino;

5.5.23.8 Permitir a criação de listas de acesso baseadas em endereços IP para limitar o acesso ao switch via Telnet e SSH. Deve ser possível definir os endereços IP de origem das sessões Telnet e SSH;

5.5.23.9 Possuir controle de broadcast, multicast e unicast por porta. Deve ser possível especificar limiares (“thresholds”) individuais para tráfego tolerável de broadcast, multicast e unicast em cada porta do switch. Excedidos os valores pré-configurados deve ser possível enviar um trap SNMP e desabilitar a porta;

5.5.23.10 Promover análise do protocolo DHCP e permitir que se crie uma tabela de associação entre endereços IP atribuídos dinamicamente, MAC da máquina que recebeu o endereço e porta física do switch em que se localiza tal MAC.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



5.5.24 “Multicast”

5.5.24.1 Implementar IGMP Snooping (v1, v2 e v3). O comutador deve ser capaz de fazer “snooping” de pacotes IGMPv1, IGMPv2 e IGMPv3.

5.5.25 Os equipamentos deverão ser entregues com os 4 (quatro) Gigabit Interface Converters (GBICs) compatíveis para uplink em fibra óptica.

5.6 ITEM 04 – IMPRESSORA PORTÁTIL

5.6.1 Velocidade de impressão preto (rascunho, A4): no mínimo 17 ppm

5.6.2 Velocidade de impressão cor (rascunho, A4): 12 ppm

5.6.3 Interface: USB 2.0

5.6.4 Sistemas operacionais compatíveis: Microsoft® Windows® XP Professional , Windows Vista® e Windows 7.

5.6.5 Resolução de impressão mono: no mínimo 1200 x 1200 dpi

5.6.6 Resolução de impressão color: no mínimo 4800 dpi

5.6.7 Ciclo de trabalho (mensal, A4): 500 páginas

5.6.8 Memória instalada: no mínimo 32 MB

5.6.9 Tamanhos de mídia suportados: A4, A5 , A6, B5 (JIS), C6, DL, L, 2L

5.6.10 Bateria interna ou acoplada suficiente para imprimir até 300 páginas

5.6.11 Tempo de recarga da bateria: No máximo 03 horas.

5.6.12 Tipo de alimentação: externa: fornecimento de energia universal, 100 a 240 VCA ($\pm 10\%$), 50/60 Hz

5.6.13 Peso do produto: máximo 2,5 kg

5.6.14 Cartuchos originais preto: 01 unidade compatíveis com o produto ofertado;

5.6.15 Cartuchos originais coloridos: 01 unidade compatíveis com o produto ofertado;

5.6.16 Cabo USB 2.0

5.6.17 Estojo para transporte e proteção

5.7 ITEM 05 – MONITOR TOUCH SCREEN

5.7.1 Tamanho do monitor mínimo LCD de 22"



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- 5.7.2 Resolução mínima 1920 x 1080 a 60 Hz
- 5.7.3 Tamanho da imagem visível (VIS) mínima de 21.5"
- 5.7.4 Tecnologia de painel IPS
- 5.7.5 Color gamut mínimo de 82% (CG 1776)
- 5.7.6 Aspect ratio de 16:9
- 5.7.7 Dot pitch máximo de 0.248 mm
- 5.7.8 Tempo de resposta típico de 8 ms
- 5.7.9 Brilho mínimo de 250cd/m²
- 5.7.10 Taxa de contraste mínima de : 1.000:1 (typ) 50.000 dinâmico
- 5.7.11 Ângulo de visualização horizontal mínimo de 178° / 178°
- 5.7.12 Tipo de Conector de Entrada de Vídeo: VGA, DVI-D, HDMI, Sound in
- 5.7.13 Conector USB para conectar as funções de Touch Screen ao PC
- 5.7.14 Mínimo de 2 Alto-falantes embutidos com 2W de potência cada
- 5.7.15 Suporte para rotação da tela e ajuste de altura
- 5.7.16 Energy Star Compliance
- 5.7.17 EPEAT Silver

5.8 ITEM 06 – NOTEBOOK

- 5.8.1 Índice de Desempenho
 - 5.8.1.1 Deverá atingir índice de, no mínimo, 175 para o desempenho medido pelo software BAPCO SYSmark 2007.
- 5.8.2 Processador
 - 5.8.2.1 Compatível com tecnologia móvel;
 - 5.8.2.2 Possuir núcleo quádruplo ou superior com arquitetura x86, 64 bits do tipo Mobile;
- 5.8.3 Placa Principal
 - 5.8.3.1 Possuir interface de disco rígido padrão SATA III 6GB/s;
 - 5.8.3.2 Interface para periféricos padrão SATA ou superior;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



- 5.8.3.3 Possuir chip de segurança TPM no mínimo versão 1.2.
- 5.8.3.4 Atualização da BIOS, por meio de interface gráfica através de utilitário próprio do fabricante;
- 5.8.4 Sistema Básico de Entrada e Saída – BIOS
 - 5.8.4.1 Tecnologia CMOS com EEPROM recarregável;
 - 5.8.4.2 Compatível com o padrão Plug & play;
 - 5.8.4.3 Possuir suporte a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface);
 - 5.8.4.4 Possuir suporte a SMBIOS v 2.4 (System Management BIOS);
 - 5.8.4.5 Controle de acesso através de senhas, sendo uma pra inicializar o computador, outra para os recursos de gerência e para alteração das configurações da BIOS;
 - 5.8.4.6 Deve possuir o nome do fabricante gravado e exibi-lo quando da inicialização do microcomputador. Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou customizada para seu uso exclusivo. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante.
- 5.8.5 Memória
 - 5.8.5.1 Possuir, no mínimo, 08 Gb de memória;
 - 5.8.5.2 Arquitetura Dual Channel padrão DDR3, ou superior;
- 5.8.6 Disco Rígido
 - 5.8.6.1 Deverá possuir 01 (uma) unidade de disco rígido de, no mínimo, 500 GB;
 - 5.8.6.2 Padrão SATA III 6 GB/s, ou superior;
 - 5.8.6.3 Velocidade de rotação mínima de 5.400 rpm;
 - 5.8.6.4 Compatível e conectada à controladora integrada ao equipamento;
 - 5.8.6.5 Possuir proteção instintiva contra impactos quando em funcionamento do disco rígido através de sistemas mecânico (amortecimento);
- 5.8.7 Unidade de Ótica



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



5.8.7.1 Uma unidade de DVD-RW, compatível com os padrões DVD+R, DVD+RW, DVD+R Dual Layer, DVD-R, DVD-RW, CD-R, CD-RW, CD-ROM e que seja compatível com o sistema operacional instalado;

5.8.7.2 Instalada internamente, em baia fixa ou removível;

5.8.7.3 Possuir luz indicadora de leitura e gravação e mecanismo de ejeção de emergência;

5.8.7.4 Deve ser fornecido software de gravação e regravação de CD e DVD;

5.8.8 Interfaces e dispositivos integrados

5.8.8.1 Placa de vídeo, com até 384MB de memória compartilhada dinamicamente, suporte às resoluções de 1280 x 800 e/ou 1440 x 900 com profundidade de cores de 32 bits, compatível com DirectX 11 e conectores VGA 15 pinos e DisplayPort para monitor externo;

5.8.8.2 Controladora de rede Wireless em conformidade com o padrão IEEE 802.11 b/g/n (Wi-fi) em slot padrão PCI-Express minicard ou PC card integradas internamente ao equipamento. Não serão aceitas ofertas de cartões do tipo PCMCIA ou Express Card;

5.8.8.3 Uma interface de som padrão High Definition Áudio com conectores para microfone e fone de ouvidos;

5.8.8.4 Interface de rede compatível com os padrões Ethernet, FAst-Ethernet e Gigabit Ethernet, autosense, full-duplex e plug-and-play, configurável totalmente por software, com função wake-on-lan instalada e em funcionamento, PXE 2.1, TCP/IP/UDP Checksum offload e RSS (Receive Side Scallling), com conector RJ45;

5.8.8.5 Uma interface Bluetooth v. 2.1;

5.8.8.6 Uma porta para conexão com base de acoplamento (docking station);

5.8.8.7 Possuir no mínimo 2 interfaces USB 2.0 e 1 interface USB 3.0;

5.8.9 Tela

5.8.10 Tela de matriz ativa TFT, com área de 14,1 polegadas (admitida variação máxima de + ou – 5%);



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



- 5.8.11 Padrão “Plug & Play”;
- 5.8.12 Resolução nativa WXGA, WXGA+ ou superior, com 16 milhões de cores;
- 5.8.13 Controle de brilho;
- 5.8.14 Compatível com Energy Star;
- 5.8.15 Capacidade de visualização simultânea das imagens na tela e em um monitor externo;
- 5.8.16 Tratamento anti-reflexivo;
- 5.8.17 Teclado
 - 5.8.17.1 Teclado com 95% de correspondência com o padrão ABNT-2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT-2;
 - 5.8.17.2 Presença de no mínimo doze teclas de funções (F1-F12) situadas na porção superior do teclado;
 - 5.8.17.3 A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
 - 5.8.17.4 Dispositivo apontador touch pad e track point (o equipamento deverá possuir as duas soluções simultaneamente);
- 5.8.18 Mouse Óptico Externo
 - 5.8.18.1 Dois botões e “scroll wheel”, ambiestro (simétrico);
 - 5.8.18.2 Tecnologia óptica com resolução de 400 dpi;
 - 5.8.18.3 Conexão USB, sem uso de adaptadores.
 - 5.8.18.4 Ser da mesma cor predominante do gabinete do equipamento;
- 5.8.19 Gabinete
 - 5.8.19.1 Peso máximo de 2,4 Kg, com bateria, HD e gravador de DVD instalados. O gabinete deverá ser reforçado com ligas de magnésio, alumínio ou carbono;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



5.8.19.2 Sistema de ventilação, monitorado pela BIOS, com utilização de pelo menos um ventilador dedicado para o gabinete, dimensionado para a perfeita refrigeração dos componentes internos, operando em sua capacidade máxima, pelo período mínimo de 10 horas diárias consecutivas em ambiente não refrigerado

5.8.19.3 Cor preta, cinza ou prata ou combinação dessas;

5.8.19.4 Leitor de smartcard padrão PC/SC, com suporte a cartões ISO7816 Classe A, B e C (5V, 3V) e PC/SC workgroup com protocolos T=0 e T=1. Será aceito leitor de Smartcard integrado ao Slot PC-CARD, ou com possibilidade de conexão extensa através de porta padrão USB;

5.8.19.5 Botão de liga/desliga e luzes de indicação de atividade da unidade de disco rígido e de computador ligado (Power-on) na parte frontal do gabinete;

5.8.19.6 Microfone integrado;

5.8.19.7 Som estéreo com dois alto falantes integrados, com potência total de 1 watt e controle de som (aumentar, diminuir e mudo) integrado no gabinete;

5.8.19.8 Webcam integrada de 720p ou superior

5.8.19.9 Antena wi-fi de dupla-banda (Dual-Band) integrada;

5.8.19.10 Entrada, integrada no Chassi, para cabo de segurança;

5.8.20 Alimentação Elétrica e Bateria

5.8.20.1 Adaptador de corrente/tensão com tensão de entrada 110/220 VAC com seleção automática de entrada e tensão de saída compatível com o notebook;

5.8.20.2 Bateria de Li-Ion, de seis células, com autonomia mínima de 3,5 horas, em uso normal, considerando o acesso aos dispositivos de armazenamento.

5.8.21 Mochila para transporte

5.8.21.1 Mochila para notebooks, em couro, poliéster ou nylon, na cor preta, com bolso interno para documentos e objetos e bolso externo para acomodar carregador e mouse. Deve possuir qualidade construtiva que garanta resistência e proteção efetiva para o equipamento.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



- 5.8.22 Sistema Operacional Pré-instalado de 64 bits
 - 5.8.22.1 Microsoft Windows 7 Professional OEM em português;
 - 5.8.22.2 Deverá ser fornecida, em arquivo eletrônico, relação constando número identificador único para cada microcomputador com respectivo número serial (licença OEM).
- 5.8.23 Compatibilidade
 - 5.8.23.1 Deverá ser comprovada a compatibilidade com os sistemas operacionais Windows 7, mediante presença na lista Windows Catalog, mantida pela Microsoft, devidamente atualizado;
 - 5.8.23.2 Deverá ser comprovada a compatibilidade com, pelo menos, uma distribuição de Linux;
 - 5.8.23.3 Todos os dispositivos de hardware, além de seus drivers e outros softwares fornecidos com o equipamento deverão ser compatíveis com os seguintes sistemas operacionais: Windows 7;
 - 5.8.23.4 O fabricante deverá constar na lista de membros do DMTF disponível em: <http://www.dmtf.org/about/list>
- 5.8.24 Outros Requisitos
 - 5.8.24.1 Todos os componentes ofertados devem manter o mesmo padrão de cor;
 - 5.8.24.2 Deverão ser entregues todos os cabos, drivers e manuais necessários à sua instalação bem como a de seus componentes;
 - 5.8.24.3 O equipamento proposto deverá estar em linha de produção, ou seja, sendo produzido pelo fabricante.
 - 5.8.24.4 Microsoft Office Standard versão 2007 ou superior;
 - 5.8.24.5 O fornecedor deverá garantir ao DPF a possibilidade de gravação de imagem do sistema operacional com personalização necessária à utilização da instituição antes da entrega.
- 5.8.25 Capacidade de Gerenciamento do Hardware



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



5.8.25.1 Capacidade de desligamento do vídeo e do disco rígido após tempo determinado pelo usuário, e religamento por acionamento de teclado ou pela movimentação do mouse, e que possua função de economia de energia para monitor, placa mãe e disco rígido;

5.8.25.2 Capacidade de inicialização remota da estação via rede, a partir de imagem, CD-ROM instalado na console de gerência com acesso remoto das telas de reinicialização, sendo que as configurações das capacidades de gerenciamento deverão ser feitas sem necessidade de intervenção presencial na máquina e independente do sistema operacional e compatível com o software Landesk, já em uso pelo DPF;

5.8.25.3 Despertador remoto com capacidade de ligar e desligar remotamente as estações de trabalho, possibilitando à execução de tarefas em horário programado de forma desassistida, reduzindo tempo de indisponibilidade para os usuários;

5.8.25.4 Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar a estação de trabalho e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;

5.8.25.5 Os equipamentos ofertados deverão possuir hardware integrado, externo ou instalado em slot PCI que permitam as seguintes funcionalidades, independentes do sistema operacional instalado:

5.8.25.5.1 Permitir ligar e desligar o micro remotamente, utilizando protocolo TCP/IP, com controle de acesso, em horários programados, independente do estado do sistema operacional;

5.8.25.5.2 Permitir inicialização remota a partir de imagem (ISO ou img), CD-ROM ou disquete instalado na console de gerência;

5.8.25.5.3 Permitir acesso remoto, através de conexão TCP/IP, à interface gráfica do microcomputador (KVM over IP), com controle total de teclado e mouse, independente do estado, tipo e versão do sistema operacional instalado no microcomputador ofertado, com controle remoto total da BIOS e visualização das telas de POST e telas gráficas do sistema operacional;

5.8.25.5.4 Permitir instalação de sistemas operacionais remotamente, com acesso remoto ao teclado e mouse além da visualização remota gráfica das telas de instalação;

5.8.25.5.5 Permitir todas as funções acima especificadas em rede 802.1x (Microsoft NAP e CISCO 802.1x);

5.8.25.5.6 A máquina deverá ter a capacidade de ser gerenciada mesmo quando estiver fora da rede corporativa, conectada na internet.

5.8.26 Procedimento para aferição de performance



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



5.8.26.1 Índice de desempenho medido pelo software BAPCO Sysmark 2007 e com o equipamento configurado nas condições a seguir:

5.8.26.1.1 Formatar o disco rígido com uma única partição NTFS, ocupando o máximo espaço do disco rígido;

5.8.26.1.2 Instalar o sistema operacional MS-Windows 7 professional, na versão para língua inglesa (só para o teste de Benchmark);

5.8.26.1.3 Instalar drivers na versão mais atual para todos os componentes, dispositivos e periféricos que integrem o equipamento, verificando a correção das instalações no Gerenciador de Dispositivos;

5.8.26.1.4 Executar a configuração do equipamento, conforme opções abaixo:

5.8.26.1.5 Configurações de vídeo -> Resolução ->1440x900 -> Cores -> máxima;

5.8.26.1.6 Instalar o BAPCo SYSmark 2007 Preview na versão mais atual possível;

5.8.26.1.7 Executar o arquivo de lote "BAPCo_AutoConfig.bat" (disponível em www.bapco.com), selecionando as opções S (SYSmark 2007) e 2 (Additionally make changes that are RECOMMENDED for repeatable results). Em seguida selecione R (Reboot) para reiniciar o sistema operacional. Observação: Para executar o arquivo de lote, clique com o botão direito sobre o arquivo e selecione "Executar como administrador".

5.8.26.1.8 Desfragmentar o disco rígido;

5.8.26.1.9 Executar o BAPCo SYSmark 2007 Preview, patch 5, selecionando o cenário "OfficialRun_3".

5.8.26.2 O índice que deverá ser levado em conta nos resultados dos testes será o quesito "Preview Rating"

5.8.26.3 O resultado gerado pelo software deverá ser impresso e entregue anexado à proposta técnica.

5.9 Item 07 – Leitor de SmartCard

5.9.1 Suporte a USB 2.0, compatível com USB 1.1;

5.9.2 Velocidade de transmissão de até 12Mbps;

5.9.3 Fonte de alimentação via barramento USB;

5.9.4 Plenamente Compatível com ISO 7816-3;

5.9.5 Plenamente Compatível com o padrão PC/SC;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



- 5.9.6 Plenamente Compatível com os padrões da ICP-Brasil;
- 5.9.7 Suporta os protocolos T=0 e T=1;
- 5.9.8 Interface T=0 com velocidade mínima de 9.600bps;
- 5.9.9 Interface T=1 com velocidade mínima de 9.600bps;
- 5.9.10 Suporta cartões tamanho ID-1 (tamanho pleno);
- 5.9.11 Interface para smartcards de até 420 Kbps, quando suportado pelo cartão;
- 5.9.12 Frequência de clock do smart card de até 8Mhz;
- 5.9.13 Suporta smart cards de 5V, 3V e 1.8V ISO 7816, Classes A, AB e C;
- 5.9.14 Corrente de 60mA para alimentar o smart card, Detecção do movimento do smart card com auto-desligamento;
- 5.9.15 Detecção automática do tipo de smart card;
- 5.9.16 Drivers para, Windows XP, Windows Vista, Windows 7, Windows 64bits, Linux e Mac OS X.

5.10 Item 08 – Multifuncional Colorida

- 5.10.1 Sistema de impressão que apresente qualidade de impressão para impressão de textos, imagens e gráficos, necessitando de excelente aderência e resistência da impressão no papel, dessa maneira somente será aceito equipamentos com sistema laser de impressão, apresentando no mínimo 600 x 600 dpi de resolução;
- 5.10.2 O equipamento deverá possuir, no mínimo, as 05(cinco) funções: Cópia, Impressão, Fax e Digitalização em rede;
- 5.10.3 Velocidade de impressão mínima em cor de 21 ppm e mínima em cor de 21 ppm;
- 5.10.4 Ciclo mensal de impressão para no mínimo 40.000 páginas
- 5.10.5 Capacidade de impressão frente e verso automático;
- 5.10.6 Tempo de impressão da primeira página igual ou inferior a 17 segundos;
- 5.10.7 Função cópia/digitalização deverá suportar resolução de até 600x600 ppp;
- 5.10.8 Ampliação e redução por zoom de 25% a 400%;
- 5.10.9 Scanner de mesa, integrado ao equipamento, com capacidade de digitalização monocromática e policromática;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



- 5.10.10 Digitalização com formatos de arquivos TIFF, JPG e PDF (single e multipage) com funcionamento em rede (scan-to-folder);
- 5.10.11 Alimentador automático (ADF) de papel comum tamanho A4, A5, A6, carta e ofício;
- 5.10.12 Alimentador automático (ADF) de papel com capacidade de no mínimo 50 (cinquenta) folhas;
- 5.10.13 Memória RAM instalada de pelo menos 448 MB;
- 5.10.14 Suportar tamanho de papel A4, carta, ofício e executivo;
- 5.10.15 Bandeja de entrada para no mínimo 250 folhas;
- 5.10.16 Bandeja manual com capacidade mínima de 50 folhas;
- 5.10.17 Bandeja de saída com capacidade para no mínimo 150 folhas;
- 5.10.18 Capacidade de impressão/cópia em frente e verso automático;
- 5.10.19 Interface USB 2.0 e Interface Ethernet, com velocidade 10/100/1000 Mbps e conector RJ-45;
- 5.10.20 Compatível com os Sistemas Operacionais Windows XP e Windows 7 nas versões (32 e 64 bits);
- 5.10.21 Linguagens de impressão PCL 5, PCL6 e PostScript 3, sendo aceito emulação das mesmas;
- 5.10.22 Qualificação ENERGY STAR;

5.11 Item 09 – No Break de 1,4 KVA

- 5.11.1 Possuir potência de 1,4 (um vírgula quatro) KVA, ou superior;
- 5.11.2 Possuir uma tomada de novo padrão Brasileiro, com o respectivo adaptador para o padrão antigo, para entrada de energia;
- 5.11.3 Possuir no mínimo 5 tomadas de novo padrão Brasileiro, com os respectivos adaptadores para o padrão antigo, para saída de energia;
- 5.11.4 Concentrar-se em um único case de no máximo 20 kg;
- 5.11.5 Autonomia de 20 minutos ou mais a meia carga;
- 5.11.6 O UPS deve estar constantemente alimentando a carga através do conjunto retificador inversor (sistema senoidal on-line de dupla conversão);



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



5.11.7 O UPS deve possuir controle e supervisão de todas as suas funções através de microprocessador;

5.11.8 Conexões de entrada e saída através de barra de terminais (bornes);

5.11.9 Dotado de conector especial contra inversão de polaridade para permitir a ligação de gabinete do banco de baterias adicional (expansão do banco de baterias);

5.11.10 Equipada com baterias estacionárias seladas do tipo chumbo ácidas, reguladas por válvulas (VRLA) com princípio de funcionamento através de recombinação de gases absolutamente livres de manutenção e emissão de gases (não se admitira baterias do tipo automotivas, seladas ou não);

5.11.11 Banco de baterias constituído por baterias da mesma marca e modelo, com capacidade nominal idêntica, especificadas para vida útil em regime contínuo de 05 (cinco) anos para temperatura de trabalho ideal de 25° C;

5.11.12 Dotado de limitador para corrente de recarga e descarga;

5.11.13 Possuir recarga automática das baterias mesmo com o equipamento desligado;

5.11.14 Admitir partida manual em qualquer condição, através das baterias sem energia elétrica da rede ou sem carga na bateria com energia elétrica da rede presente;

5.11.15 Dotado de chave estática para transferência automática da alimentação alternativa para a carga, em caso de sobrecarga ou falha no funcionamento do nobreak;

5.11.16 Equipado com by-pass manual para transferência de carga sem interrupção do fornecimento de energia;

5.11.17 Dispositivo de transferência dimensionado para a mesma potência nominal do nobreak com capacidade de sobrecarga de 125% por 1 minuto e 150% por 0,5 minutos;

5.11.18 Tempo de transferência menor que 2ms;

5.11.19 Suportar condições de trabalho em temperatura ambiente de 0°C a 40°C e umidade relativa de 0% a 95% sem condensação;

5.11.20 Nível de ruído menor ou igual a 60 DBa a um metro do equipamento;

5.11.21 Dotado de rearme automático para energização do nobreak em quaisquer condições de reinicialização do equipamento após exaustão das baterias ou restauração das condições nominais de energização via rede;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



5.11.22 Para o equipamento deverá ser atestado pelo fabricante o atendimento de tempo médio entre falhas superior a 100.000 horas de trabalho ininterrupto;

5.11.23 Tensão de entrada bivolt 110V/220V com tolerância de variação de $\pm 20\%$, podendo a seleção de tensão ser chaveada ou automática;

5.11.24 Tensão de saída 110V, com tolerância de -10% a $+15\%$;

5.11.25 Tolerância mínima de tensão de alimentação de $\pm 15\%$, sem transferência para o by-pass ou descarga de baterias;

5.11.26 Na entrada, distorção harmônica total (DHT) na onda de corrente menor ou igual a 15% independente da carga;

5.11.27 Frequência de entrada e saída de 50/60 Hz com tolerância de $\pm 5\%$

5.11.28 Fator de potencia mínimo de 0,95, independente da carga;

5.11.29 Possuir regulação dinâmica da tensão de saída inferior a 3% para degrau de carga de 50% com tempo de recuperação a 1% em até 2 ciclos;

5.11.30 Na saída, distorção harmônica total (DHT) na onda de corrente menor ou igual a 3% com carga linear e 10% com carga não linear;

5.11.31 Tempo de transferência rede/bateria deve ser nulo;

5.11.32 Possui proteção contra sub-tensão da rede elétrica, sobreaquecimento do inversor, sobrecarga, descarga total das baterias com sinalização preventiva antes do desligamento do nobreak e distorção harmônica da rede elétrica;

5.11.33 Possuir proteção por sensoramento eletrônico para atuar em:

5.11.33.1 Sobre e sub-tensão na entrada e na saída;

5.11.33.2 Falta de fase na entrada;

5.11.33.3 Tensão mínima de bateria;

5.11.33.4 Limitação de descarga da bateria;

5.11.33.5 Limitação de corrente de recarga de bateria;

5.11.33.6 Carga de equalização automática;

5.11.33.7 Curto circuito na saída;

5.11.33.8 By-pass automático;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



5.11.34 Possuir interface com porta de comunicação nos padrões RS232, RJ45 10/100 Base-T além de adaptador de rede SNMP/HTTP para monitoramento remoto e comando de shutdown;

5.11.35 Software de supervisão e gerenciamento, inclusive através de browser;

5.11.36 Possui indicação de status através de LED e também por indicação em display de cristal liquido para:

5.11.36.1 Tensão de entrada e saída (em tempo real);

5.11.36.2 Correntes por fases, frequência, potencia;

5.11.36.3 Carga de bateria, carga baixa, operação de by-pass;

5.11.36.4 Tempo de autonomia do banco de baterias;

5.11.37 Equipado com transformador isolador com isolamento galvânico;

5.11.38 Provido de blindagem para redução de campos eletromagnéticos, filtros contra geração de harmônicos e supressores de surto de tensão;

5.11.39 Não deverá causar interferências em ativos de rede, ou rede de dados situados a uma distancia maior que 1m do equipamento;

5.11.40 Equipamento de carcaças e proteção contra descargas eletrostáticas em seus componentes internos;

5.11.41 Possuir software para gerenciamento de energia com funções como relatório de eventos, temperatura, tensão de entrada e saída, potencia, tensão de bateria, frequência de rede, shutdown e restore programáveis, função night off ou wake-up

5.12 Item 10 – Rack de Piso de 42 U

5.12.1 Estrutura básica monobloco, composta de bases inferior e superior, e colunas verticais em aço soldado e eletrozincado, com espessura mínima de 1,5 mm.

5.12.2 Perfis 19”(dezenove polegadas) em aço eletrozincado, perfurados, reguláveis na profundidade.

5.12.3 Longarinas de sustentação.

5.12.4 Tampas laterais removíveis em aço 1,0 mm, totalmente aletadas, com fecho rápido.

5.12.5 Tampa superior em aço 1,0 mm com flange para entrada de cabos.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



5.12.6 Porta traseira Bi-partida em aço perfurado com dobradiças desmontáveis sem a necessidade de ferramentas, com abertura 180° graus (mesmo acoplado) e fecho escamoteável c/ chave Tampa traseira removível em aço de 1,0 mm, totalmente aletada para ventilação natural, com fecho rápido.

5.12.7 Porta frontal em aço com dobradiças desmontáveis sem a necessidade de ferramentas, com abertura 180 graus e fecho escamoteável com chave.

5.12.8 Portas com, no mínimo, 80% de perfuração.

5.12.9 Base soleira com passagem de cabos (as passagens devem ter tampas cegas).

5.12.10 Pés niveladores com rodas e variação até 25 mm.

5.12.11 Profundidade externa mínima de 1000 mm.

5.12.12 De acordo com a Norma DIN 41494 e IEC 297.

5.12.13 Altura interna útil de 42U.

5.12.14 Todas as características técnicas do produto devem ser comprovadas por especificações apresentadas pelo fabricante.

5.12.15 Acessórios

5.12.15.1 Kit de montagem para perfil de aço (parafuso, porca e arruela).

5.12.15.2 Bandeja fixa, com ventilação, em aço 1,2 mm e carga admissível de 50 kg.

5.12.15.3 2 (duas) Calhas de tomadas, cada uma com com 12 tomadas 2P+T, 250 VAC, 15 A, com cabo flexível PP 3 x 2,5 mm² de 3 m de comprimento, com plug.

5.13 Item 11 – KVM de 16 Portas

5.13.1 Gaveta console de 1U de altura com espaço para um monitor, teclado, chaveador KVM e mouse.

5.13.2 Painel (monitor) LCD de 15” integrado na gaveta

5.13.3 Suporte para montagem em rack padrão 19”

5.13.4 Suporte para padrões de interface USB e PS/2 para porta de console e dos PCs

5.13.5 Suporte para até 16 portas de conexão.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



- 5.13.6 Vídeo de alta qualidade de até 2048x1536.
- 5.13.7 Suporte a Windows 2003 Server, Windows 2008 Server, Linux (Redhat Enterprise Linux, Suse Enterprise e Debian 5.0).
- 5.13.8 Mouse e teclado USB ou PS/2 inclusos
- 5.13.9 Chaveamento por Hot-Key ou Push Button
- 5.13.10 Plug&Play e Hot Pluggable
- 5.13.11 Conjunto completo montavel em Rack 19 (1U)
- 5.13.12 LEDs indicadores para fácil monitoração de status

5.14 Item 12 – Disco Rígido Externo Portátil

- 5.14.1 Capacidade mínima de 1 TB de armazenamento total, incluindo o espaço gasto na preparação para uso com o sistema operacional.
- 5.14.2 Interface USB 2.0 ou superior, porém compatível com USB 1.1.
- 5.14.3 Suporte no mínimo aos sistemas operacionais Windows XP, Windows Vista, Windows 7 de forma nativa, sem a necessidade de instalação de drivers adicionais.
- 5.14.4 Dimensões máximas de 150mm x 95mm x 28mm
- 5.14.5 Capacidade de transferência de dados de até 480Mb/s, utilizando o padrão USB 2.0.
- 5.14.6 Alimentação via USB, sem a necessidade de fonte de energia adicional.
- 5.14.7 Velocidade de rotação dos discos mínima de 5400RPM.
- 5.14.8 Deverá se entregue com todos os cabos necessários para o seu funcionamento.

5.15 Item 13 – Unidade de Fita

- 5.15.1 Capacidade de armazenamento de 400Gb (até 800Gb utilizando compressão);
- 5.15.2 Compatível com cartuchos Ultrium no formato 3 LTO ou superior;
- 5.15.3 Compatível com servidor Dell PowerEdge 2900;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



- 5.15.4 Acompanhada de Interface de comunicação LVD SCSI padrão PCI Express;
- 5.15.5 Taxa de transferência de até 80Mb/s;
- 5.15.6 Capacidade de leitura de fitas LTO-2, LTO-3 e LTO-3 WORM;
- 5.15.7 MTBF (Mean Time Between Failures) de 250.000 horas;
- 5.15.8 Buffer de 128MB ou superior;
- 5.15.9 Deve incluir 10 cartuchos no format LTO-3 vazios;
- 5.15.10 Instalação externa ao servidor em gabinete próprio.

5.16 Item 14 – Pen Drive

- 5.16.1 Capacidade mínima de 16 GB de armazenamento total, incluindo o espaço gasto na preparação para uso com o sistema operacional.
- 5.16.2 Interface USB 2.0 ou superior, porém compatível com USB 1.1.
- 5.16.3 Suporte no mínimo aos sistemas operacionais Windows XP, Windows Vista, Windows 7 de forma nativa, sem a necessidade de instalação de drivers adicionais.
- 5.16.4 Capacidade de transferência de dados de até 480Mb/s, utilizando o padrão USB 2.0.
- 5.16.5 Alimentação via USB, sem a necessidade de fonte de energia adicional.

6 TIPO DE CONTRATAÇÃO

6.1 Trata-se de previsão para contratação futura de equipamentos de informática cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado. A estratégia é de realização de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, no Sistema de Registro de Preços (SRP). A formalização do registro de preços ora pretendida encontra-se respaldada no inciso III do Art. 2º do Decreto nº 3931/01, tendo em vista que a presente contratação atenderá às 27 (vinte e sete) superintendências regionais da Polícia Federal, unidades gestoras autônomas e independentes da CGTI/DG/DPF, que integrarão o certame na qualidade de participantes.

7 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

7.1 A proposta deverá conter as especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas e outros elementos que de forma



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



inequívoca identifiquem e constatem os serviços cotados, comprovando-os através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas editadas pelo fabricante.

7.2 Na proposta deverão ser apresentadas quaisquer outras informações afins, que a proponente julgar necessárias ou convenientes.

7.3 A proponente deverá garantir em sua proposta, para avaliação e concordância, documentação contendo os detalhes técnicos que comprovem o atendimento das especificações e funcionalidades dos softwares incluídos.

8 QUANTITATIVOS

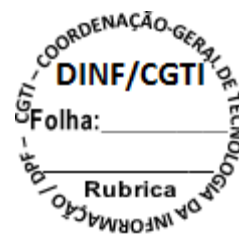
8.1 As quantidades levantadas para a CGTI/DPF foram levantadas com base nas demandas internas, bem como na avaliação da obsolescência dos equipamentos em uso. As demais quantidades foram levantadas por cada unidade com base em suas demandas internas.

8.2 A tabela abaixo apresenta os quantitativos para cada item.

UNIDADE	ITEM													
	1 – Scanner	2 – Projetor Multimídia	3 – Switch	4 – Impressora Portátil	5 – Monitor Touch Screen	6 – Notebook	7 – Leitor de Smartcard	8 – Multifuncional Laser Colorida	9 – Nobreak de 1,4 KVA	10 – Rack de Piso de 42 U	11 – KVM de 16 portas	12 – Disco Rígido Externo Portátil	13 – Unidade de Fita	14 – Pen Drive
CGTI/DPF	5	10	30	5	20	50	25	10	10	10	10	20	10	20
UNIDADES PARTICIPANTES														
COAD/DLOG/DPF	106	24	36	59	295	245	210	77	49	29	14	375	14	135
ANP/DPF	9	5	9	5	40	21	142	13	3	3	3	21	3	21
SR/DPF/DF	9	5	9	5	55	27	140	17	3	3	3	27	3	27
SR/DPF/GO	14	7	14	7	70	34	236	21	5	5	5	34	5	34
SR/DPF/MS	15	9	15	9	75	38	260	23	5	5	5	38	5	38
SR/DPF/MT	17	9	17	9	200	41	290	25	5	5	5	41	5	41
SR/DPF/AC	9	5	9	5	40	21	142	13	3	3	3	21	3	21
SR/DPF/AM	14	7	14	7	60	36	244	21	5	5	5	36	5	36
SR/DPF/AP	9	5	9	5	40	21	142	13	3	3	3	21	3	21
SR/DPF/PA	15	9	15	9	105	38	264	23	5	5	5	38	5	38
SR/DPF/RO	14	7	14	7	70	34	236	21	5	5	5	34	5	34



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



SR/DPF/RR	9	5	9	5	40	21	142	13	3	3	3	21	3	21
SR/DPF/TO	9	5	9	5	60	19	133	11	2	2	2	19	2	19
SR/DPF/AL	9	5	9	5	40	21	142	13	3	3	3	21	3	21
SR/DPF/BA	11	6	11	6	75	29	200	18	3	3	3	29	3	29
SR/DPF/CE	14	7	14	7	150	34	236	21	5	5	5	34	5	34
SR/DPF/MA	11	6	11	6	55	27	190	17	3	3	3	27	3	27
SR/DPF/PE	15	7	15	7	90	37	260	22	5	5	5	37	5	37
SR/DPF/PB	11	6	11	6	55	27	190	17	3	3	3	27	3	27
SR/DPF/PI	10	6	10	6	50	26	175	15	3	3	3	26	3	26
SR/DPF/RN	14	7	14	7	70	34	234	21	3	3	3	34	3	34
SR/DPF/SE	9	5	9	5	70	21	142	13	3	3	3	21	3	21
SR/DPF/ES	11	6	11	6	55	27	190	17	3	3	3	27	3	27
SR/DPF/MG	19	10	19	10	95	48	331	29	6	6	6	48	6	48
SR/DPF/RJ	68	34	68	34	340	169	1182	102	18	18	18	169	18	169
SR/DPF/SP	71	36	71	36	600	176	1226	106	18	18	18	176	18	176
CAS/DPF/SP	11	6	11	6	36	27	191	17	3	3	3	27	3	27
STS/DPF/SP	11	6	11	6	108	27	190	17	3	3	3	27	3	27
SR/DPF/PR	15	7	15	7	75	37	260	22	5	5	5	37	5	37
FIG/DPF/PR	8	4	8	4	108	19	130	11	3	3	3	19	3	19
LDA/DPF/PR	14	7	14	7	70	34	234	21	3	3	3	34	3	34
SR/DPF/RS	19	10	19	10	150	48	331	29	6	6	6	48	6	48
SR/DPF/SC	18	9	18	9	85	42	300	26	5	5	5	42	5	42
IF Farroupilha- Campus Panambi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	05	0	0
Justiça Federal - PE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0	0
TOTAL GERAL														
TOTAL	623	302	578	332	3547	1556	8940	855	210	205	175	1661	175	1416

8.3 A quantidade estimada de equipamentos poderá sofrer alteração até a publicação do certame no comprasnet, tendo em vista que as 27 (vinte e sete) superintendências regionais da Polícia Federal integrarão o certame na qualidade de participantes e possuem autonomia para definição de suas próprias quantidades.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



9 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 AVALIAÇÃO TÉCNICA

9.1.1 Serão desclassificadas as propostas que não apresentem a habilitação técnica na forma e conteúdo exigidos neste Termo de Referência.

9.1.2 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às demais exigências deste Termo de Referência, de seu Anexo e da legislação vigente.

9.1.3 Serão desclassificadas, ainda, as propostas que sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades e defeitos capazes de dificultar o julgamento objetivo.

9.2 AVALIAÇÃO DE PREÇO

9.2.1 Será considerado vencedor aquele que apresentar menor preço para cada um dos itens.

10 ENTREGA E INSTALAÇÃO

10.1 Os produtos deverão ser entregues pela proponente em perfeitas condições de operação nas Unidades da PF descritas no Anexo II, devendo a entrega ser informada com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência. As despesas de custeio com deslocamento dos equipamentos técnicos da proponente ao local de instalação, bem como todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da contratada. O prazo para entrega deve ser de 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data de ciência de comunicação do empenho.

11 TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

11.1 É parte integrante do escopo de fornecimento toda a documentação técnica e de usuário, relativamente aos componentes integrantes da solução, de forma a assegurar ao DPF absorção do conhecimento que possibilite o total domínio das técnicas e tecnologias disponíveis nos componentes da solução, incluindo as informações definidas a seguir:

11.1.1 Manuais de instalação e configuração;

12 ELEMENTOS PARA GESTÃO

12.1 TERMO DE ACEITE

12.1.1 Da Aceitação da Solução

12.1.1.1 Aceitação provisória



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



12.1.1.1.1 A aceitação provisória será realizada por servidor(es) indicado(s) pela respectiva unidade gestora após a entrega e conferência dos equipamentos no local solicitado.

12.1.1.2 Aceitação Definitiva

12.1.1.2.1 No prazo de 15 dias úteis, a PF emitirá parecer conclusivo sobre aceitação do fornecimento em questão, o qual caracterizará o aceite definitivo da solução. Após esta data, a empresa emitirá a fatura correspondente para pagamento.

12.2 FISCALIZAÇÃO

12.2.1 Os serviços prestados serão acompanhados, fiscalizados e atestados por servidores designados pelos ordenadores de despesa da PF, que também verificarão o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições, inclusive a qualidade dos materiais recebidos, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93, além de atestar as faturas apresentadas pelas CONTRATADAS, devendo, ainda, fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

12.2.2 A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, conforme dispõe o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do serviço, se em desacordo com o Contrato.

12.2.4 Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pelas CONTRATADAS.

12.2.5 O Fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.2.6 As Contratadas deverão indicar representantes oficiais para representá-las na execução dos Contratos.

12.3 PRAZO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



12.3.1 A vigência da manutenção e suporte inicia imediatamente após a assinatura do contrato. A garantia dos equipamentos deverá ser de 36 (trinta e seis) meses a contar da data do aceite definitivo.

12.4 ENTREGA DOS MATERIAIS

12.4.1 Local

12.4.1.1 Os materiais devem ser entregues nas dependências das Unidades da PF descritas no Anexo II.

12.4.2 Dia e Horário

12.4.2.1 A entrega e instalação no local indicado deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, em horário comercial.

13 MODELO DE FORNECIMENTO - GARANTIA DE FUNCIONAMENTO E NÍVEIS DE SERVIÇO

13.1 Garantias da Solução

13.2 Níveis de Serviço

13.2.1 Durante a vigência do contrato a Contratada deverá atender aos chamados para assistência técnica e realizar qualquer atendimento necessário para o perfeito funcionamento da solução, devendo ser atendidas as seguintes condições:

13.2.1.1 A assistência técnica será realizada em qualquer dia útil, após solicitação do DPF por meio de telefonemas, notificação via fax ou mensagens eletrônicas;

13.2.1.2 Os chamados serão registrados e deverão estar disponíveis para acompanhamento pela equipe da PF, contendo data e hora da chamada, o problema ocorrido, a resolução, data e hora de conclusão;

13.2.1.3 A Contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para solução final da demanda;

13.2.1.4 A subcontratação de serviços de terceiros, por parte da Contratada só será permitida mediante prévia consulta e aceitação por parte da PF.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Iniciar a prestação do serviço objeto deste Termo de Referência nos prazos estabelecidos;

14.2 Apresentar comprovantes das especificações técnicas do serviço constante neste Termo de Referência;

14.3 Manter, durante toda a execução do Contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que solicitado, os comprovantes de regularidade fiscal;

14.4 O não atendimento do disposto nesta cláusula enseja a rescisão unilateral do contrato por parte da administração;

14.5 O PAGAMENTO referente ao contrato objeto desta licitação ficará condicionado à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições de habilitação, aí incluídas a regularidade fiscal para com o FGTS e a Fazenda Federal, com o objetivo de assegurar o cumprimento do art. 2º da Lei nº 9.012/95 e arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

14.6 Obedecer, rigorosamente, as condições deste Termo de Referência, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente por escrito pela CONTRATANTE;

14.7 Regularizar, sem quaisquer ônus e quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de ser declarada inidônea e de sofrer penalidades, as possíveis irregularidades observadas no decorrer da entrega ou quando do funcionamento irregular;

14.8 Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;

15 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1 Acompanhar e fiscalizar o andamento da entrega do objeto contratado por intermédio de servidores da PF formalmente designados;

15.2 Avaliar a qualquer tempo a utilização e desempenho do objeto, ficando a critério da Contratante a utilização de qualquer ferramenta de análise, de onde será gerado um relatório técnico, que servirá para acompanhamento da utilização e desempenho;

15.3 Notificar a Contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



15.4 Permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências da PF para entrega, instalação e manutenção do software, respeitando as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.

16 DO CONTRATO

16.1 Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado Contrato com a adjudicatária, de acordo com a legislação em vigor, com vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia a partir da data de sua publicação no DOU;

16.2 A PF convocará a adjudicatária, para assinar o Contrato e retirar a Nota de Empenho, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

16.3 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela adjudicatária durante a vigência do contrato;

16.4 Se adjudicatária não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá a Administração convocar outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.5 O prazo estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo DPF.

16.6 Por se tratar de registro de preço para aquisição futura e parcelada, o instrumento de contrato poderá ser dispensado, a critério da administração, caso a aquisição não ultrapasse R\$80.000,00 (oitenta mil reais) na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

17 DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

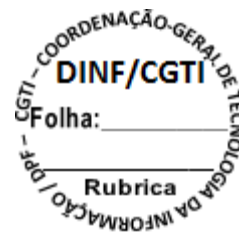
17.1 A empresa deve apresentar atestado de capacidade técnica que comprove o prévio provimento de equipamentos equivalentes aos especificados em, pelo menos, metade do quantitativo proposto para o item.

18 DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – IN nº. 01/2010-SLTI/MPOG

18.1 A empresa contratada adotará as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



18.1.1 Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

18.1.2 Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

18.1.3 Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

18.1.4 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

18.1.5 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

18.1.6 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

18.1.7 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2

18.1.8 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento

18.1.9 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)

19 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o Departamento de Polícia Federal, cujos programas de trabalho e elemento de despesas especificadas constarão da respectiva Nota de Empenho.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



20 PAGAMENTO

20.1 O pagamento será efetuado à empresa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas, observado Art. 40 Inc. XIV, “a” da Lei 8.666/1993. As Notas Fiscais / Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo Fiscal, designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa e que tenham excedido o valor da garantia.

20.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

20.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo.

20.4 As notas fiscais contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações;

20.5 A empresa Contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do Contrato firmado com o Departamento de Polícia Federal;

20.6 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{TX}{100}$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



20.7 O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento. No caso de prorrogação do contrato, o DPF deverá exigir reforço da garantia.

21 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 No caso da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, estará sujeita a empresa adjudicatária às sanções previstas na legislação específica, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

21.1.1 Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

21.1.2 Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso sobre o valor do inadimplemento para o caso de descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

21.1.3 Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso sobre o valor do inadimplemento para o caso de descumprimento das obrigações assumidas após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

21.1.4 Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

21.2 No caso de inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.

21.3 No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.

21.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

21.5 As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando para o atraso no cumprimento das obrigações for apresentada justificativa por escrito pela empresa Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, e aceita pela CONTRATANTE;

21.6 Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

21.7 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais;

21.8 A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

22 Brasília, 20 de novembro de 2012.

Orlando Batista da Silva Neto
Perito Criminal Federal
Serviço de Suporte Técnico DINF/CGTI/DG/DPF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



ANEXO I

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

EQUIPAMENTOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
I	Scanner		R\$	R\$
II	Projektor Multimídia		R\$	R\$
III	Switch de Rede		R\$	R\$
IV	Impressora Portátil		R\$	R\$
V	Monitor Touch Screen		R\$	R\$
VI	Notebook		R\$	R\$
VII	Leitor de Smartcard		R\$	R\$
VIII	Multifuncional Laser Colorida		R\$	R\$
IX	Nobreak de 1,4 KVA		R\$	R\$
X	Rack de Piso de 42 U		R\$	R\$
XI	KVM de 16 portas		R\$	R\$
XII	Disco Rígido Externo Portátil		R\$	R\$
XIII	Unidade de Fita		R\$	R\$
XIV	Pen Drive		R\$	R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



ANEXO II

ENTREGA

Os equipamentos devem ser entregues nas unidades da Polícia Federal em todo o país, conforme o descrito a seguir:

UNIDADE	ENDEREÇO
ÓRGÃOS CENTRAIS	
COAD/DLOG/DPF	SAS Quadra 06, Lotes 9/10- 9o. Andar- Ala Norte - 70037-900- Brasília – DF
CGTI/DPF	SAIS, Quadra 7, Lote 23 - Edifício CGTI CEP: 70610-200 Brasília, DF – CNPJ: 00.394.494/0080-30
ANP/DPF	Rodovia DF 001 (Estrada Parque do Contorno), Km 02, Setor Habitacional Taquari, Lago Norte, Brasília/DF, CEP: 71559-900 - CNPJ: 00.394.494/0083-82
REGIÃO CENTRO-OESTE	
SR/DPF/DF	SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul Brasília-DF / CEP 70610-901 - CNPJ: 00.394.494/0024-22
SR/DPF/GO	Av. 5ª Radial esquina com Alameda Eugênio Jardim Setor Marista - Goiânia / CEP 74.823-030 - CNPJ: 00.394.494/0026-94
SR/DPF/MS	R. Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho - Campo Grande / CEP 79110-500 - CNPJ: 00.394.494/0084-63
SR/DPF/MT	Av. Rubens de Mendonça, 909. Bairro: Araés, Cuiabá / Cep: 78.008-000 - CNPJ: 00.394.494/0028-56
REGIÃO NORTE	
SR/DPF/AC	Rua Floriano Peixoto, 874 - Centro - Rio Branco / CEP 69.908-030 - CNPJ: 00.394.494/0019-65
SR/DPF/AM	Av. Domingos Jorge Velho nº 40 Bairro D. Pedro II - Planalto - Manaus / CEP 69.042-470 - CNPJ: 00.394.494/0021-80
SR/DPF/AP	Av. Ernestino Borges, 1402 - Bairro Jesus de Nazaré - Macapá / CEP 68908-010 - CNPJ: 00.394.494/0010-27
SR/DPF/PA	Av. Almirante Barroso, 4466 - Belém / CEP 66.610-000 - CNPJ: 00.394.494/0030-70
SR/DPF/RO	Av. Lauro Sodré, 2905 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho / CEP 78 903 - 711 - CNPJ: 00.394.494/0038-28
SR/DPF/RR	Av. Ville Roy nº 2801, Bairro Caçari - Boa Vista CEP: 69306-000 - CNPJ: 00.394.494/0093-54
SR/DPF/TO	Av. Teotônio Segurado, ACSU-SE 20, Conj. I - Lote 04 - Palmas / CEP 77102-070 - CNPJ: 00.394.494/0006-40
REGIÃO NORDESTE	
SR/DPF/AL	Av. Maceió S/N - Bairro Jaraguá, Maceió / CEP 57025-080 - CNPJ: 00.394.494/0020-07
SR/DPF/BA	Av. Oscar Pontes, 339 - Salvador / CEP 40460-130 - CNPJ: 00.394.494/0022-60
SR/DPF/CE	R. Dr.Laudelino Coelho, 55 - Bairro de Fátima - Fortaleza / CEP 60415-43 - CNPJ: 00.394.494/0023-41
SR/DPF/MA	Av. Santo Dumont, 18 Bairro Anil (prédio do incra) São Luiz/MA CEP: 65.046-660 - CNPJ: 00.394.494/0027-75



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



SR/DPF/PE	Av. Martin Luther King (Cais do Apolo), 321 - Bairro do Recife - Recife / CEP 50030-230 - CNPJ: 00.394.494/0033-13
SR/DPF/PB	Av. Marechal Deodoro, 150 - Torre - João Pessoa / CEP 58040-140 - CNPJ: 00.394.494/0031-51
SR/DPF/PI	Av. Maranhão, 1022 - Norte - Centro - Teresina / CEP 64000-010 - CNPJ: 00.394.494/0034-02
SR/DPF/RN	Rua Dr. Lauro Pinto, nº 155. Lagoa Nova. Natal/RN Cep: 59064-250 - CNPJ 00.394.494/0036-66
SR/DPF/SE	Av. Augusto Franco, nº 2260. Siqueira Campos. Aracajú/SE Cep: 49047-100 – CNPJ 00.394.494/0041-23
REGIÃO SUDESTE	
SR/DPF/ES	Rua Vale do Rio Doce, 01 - São Torquato, Vila Velha - Cep 29114-670 - CNPJ: 00.394.494/0025-03
SR/DPF/MG	Rua Nascimento Gurgel, nº 30 - Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG - CEP 30430-340 - CNPJ: 00.394.494/0029-37
SR/DPF/RJ	Av. Rodrigues Alves, 1 - Centro, Rio de Janeiro-RJ / CEP 20081-250 - CNPJ: 00.394.494/0035-85
SR/DPF/SP	R. Hugo D'Antola, 95 - Lapa de Baixo - São Paulo-SP / CEP 05038-090 - CNPJ: 00.394.494/0040-42
CAS/DPF/SP	Rua Bernardo José Sampaio, nº 300 - Vila Itapura, Campinas/SP CEP: 13.020-450
STS/DPF/SP	Rua Riachuelo, nº 27 – Centro, Santos/SP CEP: 11.010-021
REGIÃO SUL	
SR/DPF/PR	Rua Professora Sandália Monzon, nº 210. Curitiba/PR Cep: 82640-040 – CNPJ 00.394.494/0032-35
FIG/DPF/PR	Av. Paraná, 3471 - Jd. Pólo Centro, Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85863-720
LDA/DPF/PR	Rua Tietê, 1450 – Vila Nova, Londrina/PR – CEP: 86025-230
SR/DPF/RS	SR/DPF/RS - Av. Ipiranga 1365 - Bairro Azenha - Porto Alegre CEP 90160-093 - CNPJ: 00.394.494/0037-47
SR/DPF/SC	Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744, Agrônômica, Florianópolis/SC - CEP 88.025-255 - CNPJ: 00.394.494/0039-09
Outros Órgãos Participantes	
IF FARROUPILHA – Campus Panambi	Rua Erechim , 860, CEP 98280-000, Panambi, RS
Justiça Federal - PE	AV. Recife, 6250 – Forum Ministro Artur Marinho. Jiquiá – Recife – PE – CEP – 50865-900



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



ANEXO II do Edital

TABELA DE PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS PARA CONTRATAÇÃO

EQUIPAMENTOS				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
I	Scanner	623	R\$ 1.475,32	R\$ 919.124,36
II	Projeto Multimídia	302	R\$ 1.987,88	R\$ 600.339,76
III	Switch de Rede	578	R\$ 8.030,47	R\$ 4.641.611,66
IV	Impressora Portátil	332	R\$ 1.061,46	R\$ 352.404,72
V	Monitor Touch Screen	3547	R\$ 982,33	R\$ 3.484.324,51
VI	Notebook	1556	R\$ 3.145,95	R\$ 4.895.098,20
VII	Leitor de Smartcard	8940	R\$ 68,15	R\$ 609.261,00
VIII	Multifuncional Laser Colorida	855	R\$ 1.933,73	R\$ 1.653.339,15
IX	Nobreak de 1,4 KVA	210	R\$ 562,46	R\$ 118.116,60
X	Rack de Piso de 42 U	205	R\$ 3.576,50	R\$ 733.182,50
XI	KVM de 16 portas	175	R\$ 6.087,04	R\$ 1.065.232,00
XII	Disco Rígido Externo Portátil	1661	R\$ 512,10	R\$ 850.598,10
XIII	Unidade de Fita	175	R\$ 5.200,01	R\$ 910.001,75
XIV	Pen Drive	1416	R\$ 61,79	R\$ 87.494,64



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



ANEXO III do Edital

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º/2012 – CGTI/DG/DPF

A COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, com sede no SAIS Quadra 07 Lote 23 Edifício CGTI – Setor Policial Sul – CEP 70.610-902, na cidade de Brasília, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494-0080-30, neste ato representado pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 20....., publicada no de de de, inscrito(a) no CPF sob o nº portador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20....., publicada no de/20....., processo administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, alterado pelo do Decreto nº 4.342, de 23 de agosto de 2002, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital do *Pregão* nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3 ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1 São órgãos participantes do registro de preços:

UNIDADE	ITEM													
	1 – Scanner	2 – Projetor Multimídia	3 – Switch	4 – Impressora Portátil	5 – Monitor Touch Screen	6 – Notebook	7 – Leitor de Smartcard	8 – Multifuncional Laser Colorida	9 – Nobreak de 1,4 KVA	10 – Rack de Piso de 42 U	11 – KVM de 16 portas	12 – Disco Rígido Externo Portátil	13 – Unidade de Fita	14 – Pen Drive
CGTI/DPF	5	10	30	5	20	50	25	10	10	10	10	20	10	20
UNIDADES PARTICIPANTES														
COAD/DLOG/DPF	106	24	36	59	295	245	210	77	49	29	14	375	14	135
ANP/DPF	9	5	9	5	40	21	142	13	3	3	3	21	3	21
SR/DPF/DF	9	5	9	5	55	27	140	17	3	3	3	27	3	27
SR/DPF/GO	14	7	14	7	70	34	236	21	5	5	5	34	5	34
SR/DPF/MS	15	9	15	9	75	38	260	23	5	5	5	38	5	38
SR/DPF/MT	17	9	17	9	200	41	290	25	5	5	5	41	5	41
SR/DPF/AC	9	5	9	5	40	21	142	13	3	3	3	21	3	21
SR/DPF/AM	14	7	14	7	60	36	244	21	5	5	5	36	5	36
SR/DPF/AP	9	5	9	5	40	21	142	13	3	3	3	21	3	21
SR/DPF/PA	15	9	15	9	105	38	264	23	5	5	5	38	5	38
SR/DPF/RO	14	7	14	7	70	34	236	21	5	5	5	34	5	34
SR/DPF/RR	9	5	9	5	40	21	142	13	3	3	3	21	3	21
SR/DPF/TO	9	5	9	5	60	19	133	11	2	2	2	19	2	19



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



SR/DPF/AL	9	5	9	5	40	21	142	13	3	3	3	21	3	21
SR/DPF/BA	11	6	11	6	75	29	200	18	3	3	3	29	3	29
SR/DPF/CE	14	7	14	7	150	34	236	21	5	5	5	34	5	34
SR/DPF/MA	11	6	11	6	55	27	190	17	3	3	3	27	3	27
SR/DPF/PE	15	7	15	7	90	37	260	22	5	5	5	37	5	37
SR/DPF/PB	11	6	11	6	55	27	190	17	3	3	3	27	3	27
SR/DPF/PI	10	6	10	6	50	26	175	15	3	3	3	26	3	26
SR/DPF/RN	14	7	14	7	70	34	234	21	3	3	3	34	3	34
SR/DPF/SE	9	5	9	5	70	21	142	13	3	3	3	21	3	21
SR/DPF/ES	11	6	11	6	55	27	190	17	3	3	3	27	3	27
SR/DPF/MG	19	10	19	10	95	48	331	29	6	6	6	48	6	48
SR/DPF/RJ	68	34	68	34	340	169	1182	102	18	18	18	169	18	169
SR/DPF/SP	71	36	71	36	600	176	1226	106	18	18	18	176	18	176
CAS/DPF/SP	11	6	11	6	36	27	191	17	3	3	3	27	3	27
STS/DPF/SP	11	6	11	6	108	27	190	17	3	3	3	27	3	27
SR/DPF/PR	15	7	15	7	75	37	260	22	5	5	5	37	5	37
FIG/DPF/PR	8	4	8	4	108	19	130	11	3	3	3	19	3	19
LDA/DPF/PR	14	7	14	7	70	34	234	21	3	3	3	34	3	34
SR/DPF/RS	19	10	19	10	150	48	331	29	6	6	6	48	6	48
SR/DPF/SC	18	9	18	9	85	42	300	26	5	5	5	42	5	42
IF Farroupilha- Campus Panambi	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	05	0	0
Justiça Federal - PE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0	0
TOTAL GERAL														
TOTAL	623	302	578	332	3547	1556	8940	855	210	205	175	1661	175	1416

4 VALIDADE DA ATA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

5 CONDIÇÕES GERAIS



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



5.1 As condições gerais do fornecimento do produto, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

5.2 São partes integrantes desta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição:

5.2.1 Anexo I – Proposta apresentada pela CONTRATADA;

5.2.2 Anexo II – Edital e seus anexos;

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



ANEXO IV do Edital

CONTRATO Nº/2012 – CGTI/DG/DPF

MINUTA

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO FEDERAL, POR MEIO
DA **COORDENAÇÃO-GERAL DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
E A EMPRESA NA
FORMA ABAIXO.

A **UNIÃO FEDERAL**, neste ato representado pelo **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL/MJ** por meio da sua **COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, localizada no SPO (Setor Policial), Quadra 07, Lote 23, Edifício CGTI, CEP: 70610-902 Brasília/DF, inscrita no **CNPJ 00.394.494/0080-30**, neste ato representada por seu Coordenador o Senhor **VALDECY DE URQUIZA E SILVA JÚNIOR**, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.060 da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, de 13/06/2011, inscrito(a) no **CPF nº 825.367.163-68**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA**, sediada na, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº, referente ao Pregão Eletrônico nº/2012, e em observância às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, 5.450 de 31 de maio de 2005 – “Pregão Eletrônico”, e subsidiariamente nas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e pelas cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de aquisição de material de informática, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos itens 05 e 08 do Termo de Referência, Anexo I do edital, identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



2 CLÁUSULA SEGUNDA – ENTREGA E INSTALAÇÃO

2.1 Os produtos deverão ser entregues pela proponente em perfeitas condições de operação nas Unidades da PF descritas no Anexo II do Termo de Referência, Anexo I do edital, devendo a entrega ser informada com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência. As despesas de custeio com deslocamento dos equipamentos técnicos da proponente ao local de instalação, bem como todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da contratada. O prazo para entrega deve ser de 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data de ciência de comunicação do empenho.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado à empresa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas, observado Art. 40 Inc. XIV, “a” da Lei 8.666/1993. As Notas Fiscais / Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo Fiscal, designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa e que tenham excedido o valor da garantia.

4.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo.

4.4 As notas fiscais contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações;

4.5 A empresa Contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do Contrato firmado com o Departamento de Polícia Federal;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



4.6 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

4.7 O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento. No caso de prorrogação do contrato, o DPF deverá exigir reforço da garantia.

4.8 Antes de cada pagamento será verificada a regularidade trabalhista da empresa contratada.

5 CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 O preço contratado é fixo e irrevogável.

6 CLÁUSULA SEXTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

6.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7 CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20....., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

Valor:

8 CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Iniciar a prestação do serviço objeto desta contratação nos prazos estabelecidos;

8.2 Apresentar comprovantes das especificações técnicas do serviço constante no Termo de Referência, Anexo I do edital;

8.3 Manter, durante toda a execução do Contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que solicitado, os comprovantes de regularidade fiscal;

8.4 O não atendimento do disposto nesta cláusula enseja a rescisão unilateral do contrato por parte da administração;

8.5 O PAGAMENTO referente ao contrato objeto desta licitação ficará condicionado à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições de habilitação, aí incluídas a regularidade fiscal para com o FGTS e a Fazenda Federal, com o objetivo de assegurar o cumprimento do art. 2º da Lei nº 9.012/95 e arts. 29, incisos III e IV, e 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



8.6 Obedecer, rigorosamente, as condições do Termo de Referência, Anexo I do edital, devendo qualquer alteração ser autorizada previamente por escrito pela CONTRATANTE;

8.7 Regularizar, sem quaisquer ônus e quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de ser declarada inidônea e de sofrer penalidades, as possíveis irregularidades observadas no decorrer da entrega ou quando do funcionamento irregular;

8.8 Observar, no que couber, o Código Civil Brasileiro, Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Acompanhar e fiscalizar o andamento da entrega do objeto contratado por intermédio de servidores da PF formalmente designados;

9.2 Avaliar a qualquer tempo a utilização e desempenho do objeto, ficando a critério da Contratante a utilização de qualquer ferramenta de análise, de onde será gerado um relatório técnico, que servirá para acompanhamento da utilização e desempenho;

9.3 Notificar a Contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

9.4 Permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências da PF para entrega, instalação e manutenção do software, respeitando as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 No caso da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, estará sujeita a empresa adjudicatária às sanções previstas na legislação específica, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

10.1.2 Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso sobre o valor do inadimplemento para o caso de descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

10.1.3 Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso sobre o valor do inadimplemento para o caso de descumprimento das obrigações assumidas após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



10.1.4 Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

10.2 No caso de inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.

10.3 No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.

10.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

10.5 As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando para o atraso no cumprimento das obrigações for apresentada justificativa por escrito pela empresa Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, e aceita pela CONTRATANTE;

10.6 Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

10.7 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais;

10.8 A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



11.2 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, conforme art. 77 da Lei 8.666/93;

11.3 Caberá rescisão contratual, na ocorrência de quaisquer dos motivos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

11.4 A rescisão do contrato poderá ser:

11.4.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

11.4.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; e

11.4.3 Judicial, nos termos da legislação.

11.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo direito:

11.5.1 Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

11.5.2 Pagamento do custo da desmobilização,

11.5.3 Devolução da garantia, quando houver.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA DA EMPRESA

12.1 O presente contrato fundamenta-se na lei 8.666/93;

12.2 São partes integrantes deste Contrato, independentemente de transcrição:

12.2.1 Anexo I – Edital e seus anexos;

12.2.2 Anexo II – Ata de Registro de Preços;

12.2.3 Anexo III - Proposta apresentada pela CONTRATADA.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1 A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

14.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, com eficácia a partir da data de publicação no D.O.U., conforme previsto no Item 16.1 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

15 CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no item 12.2 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

16.1 O presente CONTRATO poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

16.2 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Este Contrato poderá ser alterado mediante termo aditivo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

17 CLÁSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

17.1 A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

17.2 A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

17.3 A comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



17.4 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

17.5 A Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

17.6 Independentemente de solicitação a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

17.7 As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
